

TEA - O QUE FAZER QUANDO O DIAGNÓSTICO CHEGA?

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

BARBOSA; Amilton de Lima ¹

RESUMO

TEA - O que fazer quando o diagnóstico chega?

Amilton de Lima Barbosa[1]

RESUMO

Quando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) chega à família de um aluno, muitas dúvidas surgem em meio ao momento, medos e incertezas podem vir a surgir em decorrência do não saber como agir. É natural que os pais, familiares, professores titulares e auxiliares bem como os cuidadores escolares se sintam sobrecarregados e preocupados com o o quê deve ser trabalhado com aquele aluno. Neste artigo, temos por objetivo discutir como a família poderá estar lidando com o diagnóstico de TEA e quais são os próximos passos a serem tomados. O primeiro passo ao receber o diagnóstico de TEA é entender o que isso significa, buscar compreensão de sentido e buscar meios para que o filho consiga acesso e permanência as terapias que foram enfatizadas juntas com o diagnóstico. Como metodologia utilizaremos a pesquisa-ação, que é um método interpretativo que envolve um processo empírico. Concluindo assim que devem sempre buscar informações confiáveis, apoio profissional, criar um ambiente inclusivo, cuidar da saúde emocional da família primordialmente, a família irá conseguir ajudar a criança a alcançar seu pleno potencial dentro do seu nível e com base em suas comorbidades, o aluno a viver uma vida feliz e realizada.

Palavras-chaves: Educação Especial; Inclusão; Saberes Parental; Atenção ao TEA.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurológica que afeta a maneira como uma pessoa se comunica, interage socialmente e processa informações. Não existe uma causa única para o TEA, mas acredita-se que fatores genéticos e ambientais desempenham um papel importante no seu desenvolvimento.

Assim, temos por justificativa a importância que as famílias busquem informações confiáveis sobre o TEA e esteja acessível e aberta a aprender e conhecer cada vez mais sobre a condição Para Barbosa (2024) a chegada do diagnóstico do TEA a família reúne os mais diversificados sentimentos e dentro destes podemos compreender o que o sociólogo Bauman (2021) descreve como sendo a sociedade líquida na contextualidade. Existem muitos recursos disponíveis, como grupos de apoio, livros e websites especializados, que podem ajudar os pais a compreender melhor o transtorno e a encontrar estratégias para lidar com os desafios que ele traz. Temos uma definição bem consistente em:

Autismo e condições relacionadas (agora amplamente conhecidos como transtornos do espectro autista, ou TEAs) são transtornos que compartilham déficits significativos na interação social como sua principal característica definidora. Esse déficit social é bastante severo, e sua gravidade e seu início precoce levam a mais problemas gerais e disseminados tanto na aprendizagem como na adaptação. Ao longo dos anos, ocorreram inúmeras mudanças na classificação, e, para uma visão mais completa, apresentaremos aqui um breve resumo dessas condições. (Volkmar, 2019, p. 01)

Além disso, é fundamental que a família busque apoio profissional para ajudar na adaptação e sensibilização na forma como gerenciar os processos de crises, estereotípias e até mesmo as

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA E INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE RORAIMA, amiltonbarbosa982@gmail.com

adequações de aprendizagem, alimentares e disfunções sensoriais. Um diagnóstico de TEA deve ser feito por um profissional especializado, como um psiquiatra infantil ou um neuropediatra (no caso da infância em específico). Dentro destas premissas, Volkmar (2019) nos esclarece que o diagnóstico dará base a família para que busque ajuda para este aluno uma vez que o diagnóstico tenha sido confirmado, é importante procurar um acompanhamento contínuo com profissionais qualificados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos e psicopedagogos que possam ajudar a criança a desenvolver suas habilidades e a lidar com as dificuldades que o TEA pode trazer.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como metodologia utilizaremos a pesquisa-ação, que é um método interpretativo que envolve um processo empírico. Consiste em identificar um problema dentro de um contexto social ou institucional, coletando assim dados relacionados ao problema, possibilitando analisar e interpretar esses dados junto com os participantes, identificar a necessidade de mudança, buscar possíveis soluções e, por fim, realizar uma intervenção ou ação para unir pesquisa e ação de forma simultânea.

Os instrumentos utilizados para a realização da coleta em diferentes perspectivas e como sendo os mais comuns, fizemos uso das observações, dos questionários, entrevistas realizadas com um grupo de amostragem de 10 pais que receberam o diagnóstico de TEA para o membro familiar.

Também foi possível o trabalho com um grupo de discussão, por exemplo, é uma técnica qualitativa que permite a interação entre os participantes, estimulando um debate diversificado e rico, onde nos permite irmos aprofundado sobre o assunto do nosso problema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além do suporte profissional, é essencial que a família crie um ambiente acolhedor e inclusivo para a criança com TEA. Isso envolve reconhecer e respeitar suas necessidades, adaptar a rotina familiar às suas peculiaridades e incentivar o desenvolvimento de suas habilidades. É importante lembrar que cada criança com TEA é única e que o que funciona para uma pode não funcionar para outra, por isso é importante experimentar diferentes estratégias e encontrar o que melhor se adapta às necessidades da criança. Outro ponto importante a ser considerado é a importância do apoio emocional para a família.

Receber um diagnóstico de TEA pode ser um momento difícil e estressante, e é natural que os pais sintam uma variedade de emoções, como tristeza, medo e culpa. É importante que a família tenha um espaço seguro para expressar seus sentimentos e buscar apoio, seja com amigos, familiares ou profissionais de saúde mental. Além disso, é essencial que a família busque se informar sobre os direitos da criança com TEA.

No Brasil, existe uma legislação específica que garante direitos e benefícios para pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), a Lei Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.704/2012) bem como a Lei Romeo Mion que institui a CIPTEA (Lei Federal Nº 13.977/2020). Assim sendo:

É difícil imaginar que até bem pouco tempo não houvesse no Brasil um arcabouço legal que, no mínimo, reconhecesse que os autistas são portadores de necessidades especiais. Há nesta constatação uma controvérsia. Algumas vezes assistimos palestras da advogada carioca e mãe de autista, Bárbara Parente, ressaltando que o reconhecimento da síndrome como necessidade especial já existe desde 2006, quando a ONU aprovou a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que inclui o autismo. Esta Convenção da ONU foi aprovada em 2008 e promulgada em 2009 pelo Congresso Nacional. Assim, de acordo com a Emenda Constitucional 45, esta convenção tem força de emenda constitucional. Sendo o Brasil signatário da Convenção, esta resolução tem

poder de constituição. Juridicamente falando, é como se, desde 2009, a constituição federal dissesse: o autista faz parte da sociedade e é uma parcela que possui necessidades especiais. Em um país onde em sua própria constituição há leis que “não pegaram”, como se diz popularmente, e são descumpridas, imagine fazermos valer uma resolução da ONU. Imagine fazer com que órgãos da saúde e educação respeitassem isto. Agora temos uma lei, não se pode ignorá-la. (Hunguenin e Zonzin, p. 13)

Vemos assim que a tarefa é árdua, a luta por políticas públicas que venham a atender as necessidades dos nossos alunos, a questão parental, social e educacional dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista, em contexto familiar há toda uma adequação a ser executada, valores, atitudes e ações serem aprendidos e assimilados, pois com a chegada do diagnóstico há toda uma reorganização familiar, escolar e social a ser efetiva para que se possa atender o aluno dentro do que garante as leis em atenção as pessoas com TEA. Porém a que se lembrar que por mais que existam, muitas vezes não são cumpridas nem de forma paliativa e em certos casos são levados a uma fila de espera demorada e desumana.

4 CONCLUSÃO

Com base nos grupos de discussão e através dos instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa existe uma necessidade em os pais e familiares terem conhecimento e apropriar-se das leis que os filhos têm e que estas são estendidas aos pais em muitos casos, um dos exemplos é redução das contas de luz e meia entra ou até isenção em atividades culturais. Ter o conhecimento dessas leis e buscar o apoio de associações e organizações de defesa dos direitos das pessoas com TEA para ajudar a família a garantir direitos que a criança tenha, como acesso a uma educação de qualidade, assistência médica adequada e inclusão social. É importante lembrar que o diagnóstico de TEA não define o futuro da criança. Com o apoio adequado e as terapias necessárias, as crianças com TEA podem desenvolver suas habilidades, alcançar seus objetivos e levar uma vida plena e feliz. É fundamental que a família esteja presente, seja um apoio incondicional e acredite no potencial da criança. Em resumo, receber um diagnóstico de TEA pode ser um momento desafiador para a família, mas também pode ser uma oportunidade de aprendizado e crescimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Amilton de L. **Aos 45 anos e o diagnóstico do TEA na fase adulta**. IN: Autismo: quando o diagnóstico chega. Coord.: Andrea L. Stravogiannis. São Paulo, Literare Books, 2024. P. 29-37.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentizien. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

HUNGUENIN, Jose A. Oliveira. ZONZIN, Marlice. **A lei da espera**. IN: Autismo: vivências e caminhos. Org.: CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos S. et al. São Paulo, Editora Blucher, 2016. P. 12-23.

VOLKMAR, Fred R. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. Tradução: Sandra Maria M. da Rosa; Revisão Técnica: Maria Sonia Goergen. Porto Alegre, Artmed, 2019.

[1] Licenciado em Pedagogia e Especialista em Gestão de Sistemas Educacionais (UERR), Licenciado em Letras/Português (FACVEST), Especialista em Língua, Linguística e Literatura (IBRA), Acadêmico do Bacharelado em Psicopedagogia (UnicV) e do Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE – UERR/IFRR. Pesquisador do Grupo de Pesquisas FPEC (Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Epistemologias do Professor do Campo).

